

**Processo** : TC-007201.989.20-9

**Entidade** : Prefeitura Municipal de Ibiúna

**Assunto** : Acompanhamento das Contas Anuais

**Período  
examinado** : 2º quadrimestre de 2021

**Prefeito** : Sr. Paulo Kenji Sasaki

**CPF nº** : 122.549.228-90

**Período** : 01/05/2021 a 31/08/2021

**Relatoria** : Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues

**Instrução** : UR-9 - Sorocaba / DSF-II

**Senhor Chefe Técnico da Fiscalização da Seção UR-9.3,**

Este relatório consolida o resultado do acompanhamento das informações prestadas a esta e. Corte de Contas pelo órgão, no período em epígrafe.

Em atendimento ao TC-A-030973/026/00, registramos a notificação do Sr. Paulo Kenji Sasaki, responsável pelas contas em exame (**Doc. 1**).

Informamos que o município possui a seguinte série histórica de classificação no Índice de Efetividade da Gestão Municipal-IEG-M:

EXERCÍCIOS	2018	2019	2020
IEG-M	C+	C	C
i-Planejamento	C+	B	B
i-Fiscal	C	C+	C
i-Educ	B	C	C
i-Saúde	B	C	C
i-Amb	B	C	C
i-Cidade	B+	C	C
i-Gov-TI	C	C	C

Obs.: Índices do exercício anterior após verificação/validação da Fiscalização.

A Fiscalização planejou a execução de seus trabalhos, agregando a análise das seguintes fontes documentais:

1. Indicadores finalísticos componentes do IEG-M – Índice de Efetividade da Gestão Municipal;
2. Eventuais ações fiscalizatórias desenvolvidas através da seletividade (contratos e repasses) e das fiscalizações ordenadas;
3. Prestações de contas mensais do exercício em exame, encaminhadas pela Chefia do Poder Executivo;
4. Resultado do acompanhamento simultâneo do Sistema AudeSP, bem como acesso aos dados, informações e análises disponíveis no referido ambiente;
5. Análise das eventuais denúncias, representações e expedientes diversos;
6. Leitura analítica dos três últimos relatórios de fiscalização e respectivas decisões desta Corte, sobretudo no tocante a assuntos relevantes nas ressalvas, advertências e recomendações;
7. Análise das informações disponíveis nos demais sistemas deste e. Tribunal de Contas do Estado;
8. Outros assuntos relevantes obtidos em pesquisa aos sítios de transparência dos Órgãos Fiscalizados ou outras fontes da rede mundial de computadores.

O relatório do 1º quadrimestre está colacionado no evento 24.11 destes autos.

O presente relatório quadrimestral visa contribuir para a tomada de providências dentro do próprio exercício, possibilitando a correção de eventuais falhas, resultando numa melhoria das contas apresentadas.

Saliente-se, por oportuno, que os dados poderão ser reavaliados quando da fiscalização do fechamento do exercício, oportunidade em que todos os balanços contábeis estarão encerrados.

Ressaltamos, ainda, que a fiscalização, em virtude das limitações de locomoção causadas pela pandemia do novo Coronavírus (Covid-19), foi efetivada remotamente, por meio de todas as ferramentas e sistemas disponíveis.



Ademais, foi antecedida de criterioso planejamento, com base no princípio da amostragem, que indicou a necessária extensão dos exames.

Outrossim, consignamos que foi autuado o processo TC-001244.989.21-6, para fins de Acompanhamento Especial da gestão das medidas de combate à referida pandemia.

## PERSPECTIVA A: PLANEJAMENTO

### A.1. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - PLANEJAMENTO

#### A.1.1. CONTROLE INTERNO

O sistema de controle interno está regulamentado e produz relatórios periódicos, atendendo suas funções institucionais.

Ademais, verificamos que o Controle Interno está atuando no controle dos atos e despesas relacionadas à pandemia da Covid-19 (**Doc. 3**).

#### A.3. OBRAS PARALISADAS

Tendo em vista informações fornecidas pela Origem e também verificações efetuadas durante o quadrimestre (**Doc. 4**), há obras paralisadas no município, conforme segue:

OBRAS PARALISADAS					
TC	Valor inicial do Contrato (R\$)	Valor total pago (R\$)	Contratada	Data da paralisação	Descrição da obra
-	315.434,87	29.509,18	F Fortes Engenharia Eireli	23/4/2020	Pavimentação e drenagem – Bairro Lageadinho e Bairro Puris
-	549.811,20	255.599,54	Kirkland & Arps Construtora e Incorporadora Eireli	12/5/2020	Recomposição, recapeamento, drenagem, calçada e sinalização – Bairro Paruru
-	1.975.966,37	651.832,81	Obragen Engenharia e Construções Ltda.	10/9/2020	Pavimentação asfáltica na Estrada dos Ribeiros e recapeamento da Av. Antônio Falci



OBRAS PARALISADAS					
TC	Valor inicial do Contrato (R\$)	Valor total pago (R\$)	Contratada	Data da paralisação	Descrição da obra
-	554.892,69	-	Construtora e Incorporadora Construgeral Ltda.	18/11/2016	Construção de Unidade Básica de Saúde - Bairro Rosarial
-	426.940,21	33.914,07	F Fortes Engenharia Eireli	19/12/2020	Construção de Unidade Básica de Saúde – Bairro Tavares
-	505.401,09	-	HC Fernandes Construções Eireli	7/11/2020	Abrigos de ônibus
-	822.877,41	75.839,01	Baltimore Serviços e Reparos Residenciais e Empresariais Ltda.	12/8/2016	Reforma e ampliação do Posto de Saúde Central “Dr. Arcy Bandeira”
-	1.078.033,31	-	Obragen Engenharia e Construções Ltda.	16/12/2020	Pavimentação e drenagem – Bairro da Ressaca
-	314.763,79	108.614,58	F Fortes Engenharia Eireli	23/9/2020	Pavimentação – Bairro Capim Azedo
-	566.214,36	100.000,00	Kirkland & Arps Construtora e Incorporadora Eireli	7/7/2020	Pavimentação, drenagem, calçada e sinalização viária – Bairro Capim Azedo
001132.989.20-3	2.390.000,00	328.212,56	Corpav Transportes e Empreendimentos Eireli	15/2/2017	Reforma do Terminal Rodoviário
-	523.575,85	245.030,47	Verdebianco Engenharia Eireli	12/12/2019	Pavimentação, recapeamento, calçada, drenagem e sinalização viária na “Estrada Municipal da Cachoeira”
-	362.998,81	-	Kirkland & Arps Construtora e Incorporadora Eireli	25/9/2019	Recapeamento, calçada, drenagem e sinalização viária – Bairro Capim Azedo

Disponível em:

[https://paineldeobras.tce.sp.gov.br/pentaho/api/repos/%3Apublic%3AObra%3Apainel\\_obras.wcdf/generatedContent?userid=anony&password=zero](https://paineldeobras.tce.sp.gov.br/pentaho/api/repos/%3Apublic%3AObra%3Apainel_obras.wcdf/generatedContent?userid=anony&password=zero). Acesso em: 13 out. 2021

Constatamos inobservância ao art. 45 da Lei de Responsabilidade Fiscal, pois muito embora a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2021 da comuna em apreço (Lei Municipal nº 2.277, de 1º de julho de 2020) determine a prioridade nos programas já em andamento (artigo 16 e Anexo VI da lei – **Eventos 24.6 e 24.7**)<sup>1</sup>, as obras supracitadas não foram retomadas, desde sua paralisação. Ademais, a Lei Orçamentária não traz dotação suficiente para conclusão dos serviços necessários.

Conforme calendário de obrigações do Sistema Audesp, a Prefeitura Municipal vem atualizando a este Tribunal as informações sobre Obras Paralisadas e/ou Atrasadas.

<sup>1</sup> O Anexo 6 da LDO, por exemplo, traz entre seus programas de trabalho a “pavimentação de vias urbanas” e a “pavimentação de vias rurais” (Evento 24.7 – fls. 28).

## PERSPECTIVA B: GESTÃO FISCAL

### B.1. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS – GESTÃO FISCAL

Face ao contido no art. 1º, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), o qual estabelece os pressupostos da responsabilidade da gestão fiscal, passamos a expor o que segue.

Informamos, por oportuno, que o município não aderiu ao Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal instituído pela Lei Complementar nº 178, de 13 de janeiro de 2021.

#### B.1.1. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO PERÍODO

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Valores	
(+) RECEITAS REALIZADAS	R\$ 177.782.107,53	
(-) DESPESAS EMPENHADAS	R\$ 171.652.858,47	
(-) REPASSES DE DUODÉCIMOS À CÂMARA	R\$ 6.486.666,64	
(+) DEVOLUÇÃO DE DUODÉCIMOS DA CÂMARA	R\$ 182.000,00	
(-) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS À ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		
(+ ou -) AJUSTES DA FISCALIZAÇÃO		
<b>RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>-R\$ 175.417,58</b>	<b>-0,10%</b>

Dados extraídos do Sistema Audesp: Relatório de Instrução juntado neste evento.

Consideradas as despesas liquidadas, constata-se um *superávit* de R\$ 33.056.475,36, correspondente a 18,59%.

Face à perspectiva de *déficit* orçamentário, conforme retro descrito, informamos que o Município **não** decretou estado de calamidade pública/emergência, devidamente reconhecido pela Assembleia Legislativa Estadual (art. 65 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

#### B.1.1.1. ANÁLISE DO ARTIGO 167-A DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Conforme Relatório de Gestão Fiscal emitido pelo Sistema Audesp, referente ao 2º quadrimestre do exercício analisado, é possível ver que o Ente **não** superou o limite de 95% estabelecido pelo artigo 167-A da Constituição Federal, tendo em vista que no período de 12 meses anteriores ao

4º bimestre, a relação entre despesas correntes (R\$ 202.483.073,04) e receitas correntes (R\$ 244.884.461,04) correspondeu a 82,69%, inclusive abaixo do limite de 85% estabelecido no § 1º do artigo 167-A.

Receita Corrente Arrecadada (Ente)		
Prefeitura e Demais Órgãos (a)	R\$	<b>244.884.461,04</b>
Despesa Corrente Liquidada (Ente)		
Prefeitura, Câmara e Demais Órgãos (b)	R\$	<b>202.483.073,04</b>
Resultado do Ente Municipal		
Percentual (c) = (b) / (a)		82,69%

**Dados extraídos do Sistema Audesp:** Relatório de Instrução juntado neste evento.

### **B.1.2. ANÁLISE DOS LIMITES E CONDIÇÕES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL**

No período, as análises automáticas não identificaram descumprimentos aos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto à Dívida Consolidada Líquida, Concessões de Garantias e Operações de Crédito, inclusive Antecipação de Receita Orçamentária - ARO.

#### **B.1.2.1. DESPESA DE PESSOAL**

Conforme Relatório de Gestão Fiscal emitido pelo Sistema Audesp, referente ao 2º quadrimestre do exercício analisado, é possível ver que o Poder Executivo atendeu ao limite da despesa de pessoal previsto no art. 20, III, alínea “b”, da Lei de Responsabilidade Fiscal (46,30%).

### B.1.2.2. CONTRATAÇÕES DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO

No planejamento da fiscalização, não vislumbramos relevância/materialidade que ensejasse o exame do item neste quadrimestre.

### B.3. OUTROS PONTOS DE INTERESSE

#### B.3.1. ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS

Constatamos a inobservância da ordem cronológica de pagamentos, em descumprimento ao *caput* do art. 5º da Lei Federal nº 8.666/93. Consoante exemplos evidenciados na tabela a seguir, verificamos a existência de empenhos e restos a pagar processados pagos em atraso, bem como empenhos, liquidados posteriormente àqueles, e pagos em época oportuna. Referida análise foi feita por fonte de recursos, código de aplicação e classificação funcional programática.

Cumpramos, também, a ausência de relevantes razões de interesse público para a inobservância da sobredita ordem cronológica. Salientamos, outrossim, a ausência da prévia manifestação da autoridade competente devidamente publicada (*caput* do artigo 5º da Lei de Licitações), conforme requisição de documentos e justificativa acostadas aos autos (**Doc. 5**).

EMPENHO PAGO EM ATRASO						EMPENHO QUE QUEBROU A OCP <sup>2</sup>				
Nr.	Ano	Data de Pagamento	Valor Pago (R\$)	Dias de Atraso	Ref.	Nr.	Ano	Data de Pagamento	Valor Pago (R\$)	Ref.
<i>Fonte 1      Cód. Aplic. 110      Função 15      Programa 5001</i>										
7698	2020	29/01/2021	19.172,27	80	Doc. 7 – fls. 1	174	2021	22/01/2021	6.590,00	Doc.6 - fls.1
<i>Fonte 1      Cód. Aplic. 310      Função 10      Programa 1002</i>										
596	2020	16/06/2021	10.800,00	485	Doc. 7 – fls. 2	196	2021	25/01/2021	420.000,00	Doc. 6 – fls. 12
1978	2021	16/07/2021	34.652,38	48	Doc. 6 – fls. 16 e 24	198	2021	30/04/2021	54.910,00	Doc. 6 – fls. 17

<sup>2</sup> A título exemplificativo. Em alguns casos houve diversos empenhos que indicaram a quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos.



Fonte 5			Cód. Aplic. 300		Função 10			Programa 1001		
4329	2020	16/07/2021	554.885,31	311	Doc. 7 – fls. 3	197	2021	29/01/2021	488.483,33	Doc. 6 – fls. 28
Fonte 1			Cód. Aplic. 110		Função 04			Programa 7011		
195	2020	13/05/2021	87.490,46	219	Doc. 7 – fls. 4	454	2021	29/01/2021	3.870,11	Doc. 6 – fls. 34
Fonte 1			Cód. Aplic. 110		Função 06			Programa 8001		
4056	2020	26/03/2021	29.873,44	147	Doc. 7 – fls. 5	6411	2020	27/01/2021	9.700,00	Doc. 7 – fls. 5

**Docs. 6 e 7**

## PERSPECTIVA C: ENSINO

### C.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL NO ENSINO

A aplicação de recursos, no período, conforme informado ao Sistema Audesp, apresentou os seguintes resultados:

<b>Art. 212 da Constituição Federal:</b>	<b>%</b>
DESPESA EMPENHADA - RECURSO TESOUREIRO (mínimo 25%)	19,50%
DESPESA LIQUIDADA - RECURSO TESOUREIRO (mínimo 25%)	15,14%
DESPESA PAGA - RECURSO TESOUREIRO (mínimo 25%)	14,99%

<b>FUNDEB:</b>	<b>%</b>
DESPESA EMPENHADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 90%)	97,10%
DESPESA LIQUIDADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 90%)	97,10%
DESPESA PAGA - RECURSO FUNDEB (mínimo 90%)	85,21%
DESPESA EMPENHADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 70%)	65,14%
DESPESA LIQUIDADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 70%)	65,14%
DESPESA PAGA - RECURSO FUNDEB (mínimo 70%)	57,06%

**Dados extraídos do Sistema Audesp:** Relatório de Instrução juntado neste evento.

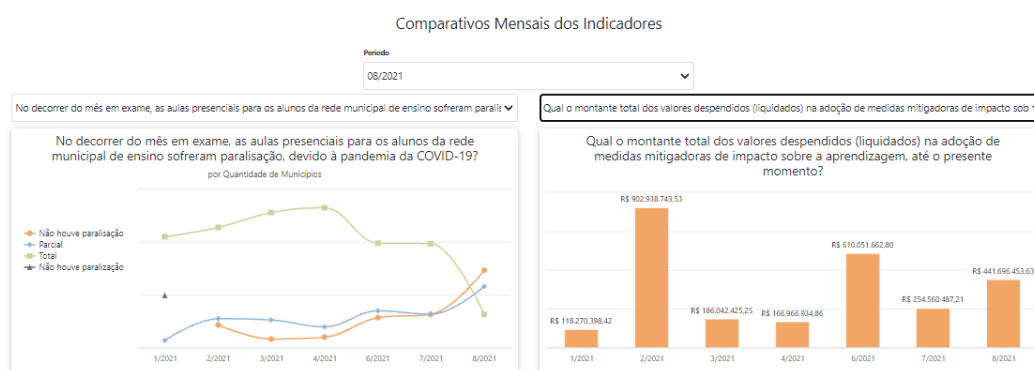
No período examinado e com base na Despesa Empenhada (Ensino e Fundeb - Profissionais da Educação) Liquidada (Ensino e Fundeb – Profissionais da Educação) e Paga, o Município apresenta percentuais de aplicação desfavoráveis ao atendimento do disposto no *caput* do artigo 212 da Constituição Federal, no § 3º do artigo 25 e no *caput* do artigo 26, ambos da Lei Federal nº 14.113/2020, bem como no inciso XI do artigo 212-A da Constituição Federal.

Nos termos do art. 59, § 1º, V, da Lei de Responsabilidade Fiscal, **foi o Município alertado**, por 25 vezes, consoante Notificações de Alertas (Doc. 8).

A Secretaria Municipal de Educação, em virtude da pandemia da Covid-19, alterou a rotina escolar, com suspensão total das aulas presenciais para os alunos da rede municipal de ensino no período examinado.

Muito embora estejam sendo tomadas medidas emergenciais, visando mitigar os potenciais impactos sobre a aprendizagem (entrega de material impresso e envio de vídeos explicativos), observamos que houve adiamento do retorno às aulas presenciais, previsto para ocorrer no mês de outubro, motivado, dentre outros fatores, pela necessidade de manutenção em algumas unidades escolares, bem como *déficit* de servidores do ensino (Doc. 9).

Nesse sentido, cumpre-nos destacar que, até o fim do mês de agosto corrente, aproximadamente 81% dos municípios fiscalizados por este e. Tribunal já haviam retomado as aulas presenciais, ainda que de forma parcial.



Dados extraídos do Painel de Gestão de Enfrentamento da Covid-19 do TCESP<sup>3 4</sup>

Ademais, salientamos que as aulas na rede estadual retornaram de forma presencial já no início do segundo semestre letivo (02 de agosto), tendo ocorrido em 18 de outubro o retorno presencial obrigatório para os estudantes<sup>5</sup> (Doc. 10).

<sup>3</sup> Disponível em:

<https://painel.tce.sp.gov.br/pentaho/api/repos/%3Apublic%3Acovid%3Ahome.wcdf/generatedContent?userid=anony&password=zero>, acesso em 13/10/2021.

<sup>4</sup> No mês de agosto de 2021, dos 644 municípios fiscalizados pelo TCESP, 292 não tiveram paralisação das aulas, 231 tiveram paralisação parcial das aulas e apenas 125 tiveram paralisação total da rede de ensino.

<sup>5</sup> Exceção feita a grupos de risco, tais como jovens de grupo de risco ou com comorbidades que ainda não tenham completado o ciclo vacinal contra a Covid-19, jovens gestantes e puérperas, dentre outros (Doc. 10).

## PERSPECTIVA D: SAÚDE

### D.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL NA SAÚDE

Conforme informado ao Sistema Audesp, a aplicação na Saúde atingiu, no período, os seguintes resultados:

Art. 77, III c/c § 4º do ADCT	%
DESPESA EMPENHADA (mínimo 15%)	30,57%
DESPESA LIQUIDADADA (mínimo 15%)	27,84%
DESPESA PAGA (mínimo 15%)	25,80%

Dados extraídos do Sistema Audesp: Relatório de Instrução juntado neste evento.

### D.2. FISCALIZAÇÃO REMOTA DE NATUREZA OPERACIONAL DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SAÚDE

A fiscalização operacional consiste em uma das vertentes de atuação deste Tribunal, que encontra respaldo nas disposições dos artigos 32 e 33 da Constituição do Estado.

Ressaltamos, ainda, que a fiscalização, em virtude das limitações de locomoção causadas pela pandemia do novo Coronavírus (Covid-19), foi efetivada remotamente, conforme previsão da Ordem de Serviço SDG nº 2/2021, por meio de todas as ferramentas e sistemas disponíveis, com destaque para a utilização do aplicativo *Microsoft Teams*, disponibilizado por esta E. Corte de Contas.

A fiscalização objetivou apurar a efetividade dos programas relativos à Saúde, especificamente no que tange ao armazenamento e controle dos imunizantes contra a Covid-19.

Para tanto, na visita remota realizada, verificamos se as condições essenciais para que isso ocorresse estavam plenamente satisfeitas – tais como: as instalações, os equipamentos, o controle dos estoques e a atualização do Sistema VacíVida, dentre outros fatores.

Foram selecionadas as seguintes unidades para o acompanhamento:



Unidades Visitadas
Vigilância Epidemiológica (abrigada no edifício do Centro de Especialidades)
Ponto de Vacinação instalado no Centro Olímpico Municipal

A respeito dos equipamentos da Vigilância Epidemiológica, anotamos o quanto segue:

- a) Insuficiência de geradores de energia, *nobreaks*, ou outras fontes alternativas<sup>6</sup>;
- b) Inexistência de ar condicionado na sala;
- c) Os equipamentos não observavam o distanciamento mínimo de 15 cm das paredes e entre si.

No que tange aos controles documentais, verificamos as seguintes ocorrências:

- d) Inexistência de alvará da vigilância sanitária e de Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros;
- e) Ausência de mapa de registro de temperatura da sala onde são armazenadas as vacinas;
- f) Preenchimento das doses aplicadas, no sistema VacíVida, encontrava-se desatualizado<sup>7</sup>.

Quanto ao armazenamento e controle dos imunizantes, anotamos o seguinte:

- g) Ausência de formalização de Procedimento Operacional Padrão – POP de armazenamento dos imunizantes;
- h) Em relação ao mapa de registro de temperatura dos equipamentos de refrigeração, as verificações não estavam ocorrendo aos fins de semana;
- i) Ocorrência de descartes de vacinas por quebra de frascos;

<sup>6</sup> Das duas câmaras refrigeradas existentes, apenas uma possui gerador próprio, com capacidade de até 48 horas.

<sup>7</sup> Na fiscalização remota, realizada em 07/10/2021, verificamos que estavam pendentes de digitação as doses aplicadas desde o dia 26/09/2021.



- j) No ponto de aplicação de vacinas havia caixas térmicas apoiadas diretamente sobre o piso.

O questionário realizado por esta Fiscalização encontra-se juntado a este laudo (**Doc. 11**), assim como a cópia integral da gravação da Fiscalização Remota está salva no *Microsoft Teams*<sup>8</sup>.

## **PERSPECTIVA G: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

### **G.1. FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP**

Nos trabalhos da fiscalização não foram encontradas divergências entre os dados da origem e os prestados ao Sistema Audesp, sem embargo das anotações inseridas no item H.2 deste laudo.

## **PERSPECTIVA H: OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

### **H.1. DENÚNCIAS/REPRESENTAÇÕES/EXPEDIENTES**

As denúncias / representações / expedientes serão tratados no fechamento do exercício em exame, tendo em vista que, no momento, não concluímos a análise da matéria.

### **H.2. ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Não constatamos, no período, desatendimento à Lei Orgânica deste Tribunal.

<sup>8</sup> Disponível em [https://tcespgov.sharepoint.com/:v/s/Equipe-FiscalizacaoRemota-PMIbina-1Quadrimestre2021/EVoQuD\\_k9CIKtBMBn8pkHJ8BI10EHrVLvbNV9Yx-zSS\\_-w?e=bEldKJ](https://tcespgov.sharepoint.com/:v/s/Equipe-FiscalizacaoRemota-PMIbina-1Quadrimestre2021/EVoQuD_k9CIKtBMBn8pkHJ8BI10EHrVLvbNV9Yx-zSS_-w?e=bEldKJ)

e em <https://tcespgov.sharepoint.com/:v/s/Equipe-FiscalizacaoRemota-PMIbina-1Quadrimestre2021/EecIKglFnylNmPyJRzwPMOUBNat8Au9ViUKnoRc2ovFRoQ?e=gPJHVv> (necessário copiar o link no navegador).

Contudo, constatamos desatendimento às Instruções desta E. Corte, tendo em vista a ausência de envio, pela Origem, dos dados atinentes a quadro de pessoal e folha de pagamento ao Sistema Audesp – Fase III (**Doc. 12**).

As recomendações/determinações emitidas em pareceres de contas anuais serão verificadas no relatório de fechamento do exercício.

## CONCLUSÃO

Com relação aos assuntos tratados neste relatório, destacamos:

**A.3. OBRAS PARALISADAS:** Inobservância ao regramento da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF;

**B.3.1 ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS:** Desatendimento à cronologia das exigibilidades;

**C.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL NO ENSINO:** Percentuais de aplicação desfavoráveis; adiamento do retorno às aulas presenciais, motivado por deficiências na gestão;

**D.2.1. FISCALIZAÇÃO REMOTA DE NATUREZA OPERACIONAL DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SAÚDE:** Deficiências no controle, armazenamento e registro das doses de imunizante contra a Covid-19;

**H.2. ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO:** Desatendimento às Instruções desta E. Corte.

À consideração de Vossa Senhoria.

Seção UR-9.3 – Sorocaba, 27 de outubro de 2021.

Mariana de C. Pires T. Albuquerque  
Agente da Fiscalização